

A NAÇÃO CORPORATIVISTA DE CAIO PRADO JÚNIOR.

João Alberto da Costa Pinto¹.

¹Universidade Federal de Goiás, Brasil.

E-mail: joaoacpinto@yahoo.com.br

Recibido: 4 Noviembre 2012 / Revisado: 12 Enero 2013 / Aceptado: 7 Abril 2013 / Publicación Online: 15 Octubre 2013

Resumen: Caio Prado Júnior fue un estudioso del marxismo, especialmente del marxismo estalinista, pero si consideramos el conjunto de su obra, nos es posible caracterizar al autor como uno de los últimos grandes pensadores del nacionalismo corporativista (en la misma línea que Oliveira Viana y que Azevedo Amaral) de Brasil. Para justificar ese argumento y para remitir al pensador paulista a la visión de mundo de los nacionalismos de las décadas de 1930 y 1940, presento en este artículo una breve reflexión sobre el conjunto de la obra de Caio Prado Júnior, exceptuando el libro *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), con el propósito de justificar, como estructural para la caracterización de la visión de mundo del autor, la enfática defensa para Brasil de un modelo de economía política capitalista nacional-corporativista.

Palabras clave: Estado Nacional; Nacionalismo; Corporativismo; Historiografía brasileña.

Introdução.

Caio Prado Júnior foi um estudioso do marxismo, especialmente do marxismo stalinista, mas se considerarmos o conjunto da sua obra, penso que nos é possível perceber o autor como um dos últimos grandes pensadores do nacionalismo corporativista (na mesma linhagem de Oliveira Viana e Azevedo Amaral) do Brasil. Para justificar esse argumento, para demonstrar essa hipótese explicativa e assim remeter a obra do pensador paulista a uma perspectiva ideológica associada

aos nacionalismos das décadas de 1930 e 1940, apresento neste artigo uma reflexão sobre o conjunto da obra de Caio Prado Júnior, ressaltando o livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) com o propósito de justificar, como estrutural para a caracterização da visão de mundo do autor, a enfática defesa para o Brasil de um modelo de economia política capitalista nacional-corporativista.

Para justificar a minha perspectiva analítica desenvolvo inicialmente um breve excuroso descritivo sobre alguns dos principais estudos dedicados à trajetória intelectual e à historiografia do pensador paulista.

Os livros de Paulo Iumatti¹ e Lincoln Secco² são os estudos biográfico-analíticos que melhor descrevem e problematizam a trajetória de Caio Prado Júnior, são trabalhos produzidos no ambiente acadêmico uspiano (ambos autores são professores na Universidade de São Paulo). O livro de Iumatti marca-se pelo tom mais intimista oferecido ao personagem Caio Prado Júnior, este nos aparece com ênfase circunstanciada ao ambiente familiar, estudos no exterior e ação empresarial e muito pouca coisa da ação política ou análise sistemática da produção intelectual. Trata-se de um livro fundamental pelas inúmeras informações do percurso pessoal de Caio Prado Júnior, trata-se de uma biografia quase “oficial” chancelada pelo universo da família Prado e montada com livre e exclusivo acesso a um universo documental que apenas os familiares de Caio Prado Júnior tinham acesso. O grande ponto a destacar na detalhada investigação feita por Iumatti são as fontes. É uma referência de suma

importância para os estudos pradianos não tanto pelo que afirma ou demonstra, mas pelas pistas investigativas que deixa enunciadas. Paulo Iumatti também é autor do livro *Diários Políticos de Caio Prado Júnior: 1945*³. A originalidade desse livro (como a originalidade da biografia) está no uso e apresentação de um universo documental que pouquíssimos investigadores tiveram acesso, caso explícito dos Diários Políticos (cadernos de notas pessoais) que Caio Prado redigiu por vários anos, infelizmente ainda não publicados na íntegra.

Um aspecto importante a ressaltar na biografia de Caio Prado Júnior, pela importância que Iumatti lhe dá, relaciona-se ao período (1937-1939) em que o historiador se exilou com sua família em Paris, depois de uma longa prisão no Brasil provocada pelos fatos da Intentona Comunista de 1935. Em Paris, Caio Prado envolveu-se em intensos estudos e pesquisas, aproximando-se do mundo acadêmico nas hostes da sociologia durkheimiana, da antropologia maussiana e da historiografia dos Annales. Com essas matrizes, Caio Prado organizou as suas perspectivas intelectuais, fato que Iumatti reconhecerá como positivo, porque tais matrizes teóricas qualificaram os fundamentos do marxismo pradiano e que por causa dessa experiência intelectual, afirma Iumatti, a atitude mais correta para se abordar a trajetória pradiana seria aquela de circunstanciar a sua luta pela ampliação da democracia, dos direitos sociais e dos direitos civis e políticos do brasileiro, ao contrário de reduzir essa trajetória a termos como “socialista”, “social democrata” ou “marxista”.

O estudo biográfico de Lincoln Secco dá ênfase ao percurso intelectual e político de Caio Prado Júnior, ao contrário da biografia de Iumatti, a trajetória pradiana resgatada por Secco é a de um intelectual público com fortes mediações institucionais no campo da esquerda comunista brasileira, além de uma apreciação rigorosa do conjunto da obra, ainda que aspectos importantes da mesma não tenham merecido a sua devida atenção. Se o Caio Prado Júnior de Iumatti marcou-se pelo empresário-intelectual democrata, o Caio Prado Júnior de Secco caracteriza-se como um comunista que com base no marxismo propunha reformas políticas ao capitalismo brasileiro, nesse sentido, o livro de Secco aproxima-se da perspectiva historiográfica de Raimundo Santos⁴ que caracteriza o pensador paulista comopositor

de um “comunismo de reformas capitalistas”. Em termos comparativos, o estudo de Secco é o mais completo já elaborado sobre as dimensões políticas e intelectuais da trajetória de Caio Prado Júnior e o seu grande mérito é manter o equilíbrio de uma análise crítica onde não hesita em descrever e/ou qualificar também as grandes falhas interpretativas presentes na caracterização da pradiana.

O estudo de Raimundo Santos é fundamental pela ampla abordagem do universo institucional comunista brasileiro (especialmente nas décadas de 1950 e 1960), em análise de trajetórias comparativas encontra-se um Caio Prado Júnior em cotejo de percurso com outros intelectuais do mesmo quilate e estatura, como Nelson Werneck Sodré, por exemplo. Não é um estudo biográfico sistemático, mas uma portentosa análise de conjunturas políticas tendo a centralidade institucional do universo político e intelectual do PCB como um elemento de mediação fundamental na caracterização da trajetória de Caio Prado Júnior.

A tese de doutorado de Paulo Henrique Martinez⁵ apresenta uma interessante investigação sobre o “jovem” Caio Prado Júnior em seus anos de formação intelectual junto à Faculdade de Direito São Francisco (São Paulo) no período 1924-1928, descrevendo a intervenção intelectual do pensador frente aos grupos estudantis liberais e/ou positivistas castilhistas (de quem Caio Prado Júnior se aproximou). O livro descreve também o momento de produção do primeiro livro pradiano – *Evolução Política do Brasil* (1933), além de uma análise pormenorizada do mesmo que leva o autor a concluir que o mesmo estaria para o marxismo brasileiro como uma peça intelectual de envergadura similar ao livro: *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, a obra clássica de Karl Marx, conclusão e remissão essa da qual discordo frontalmente. Contudo, ressalve-se que este livro tem o mérito da descrição contextual a que se viu envolvido Caio Prado Júnior no momento em que justificava para si e para a sua família as suas opções ideológicas pelo comunismo pecebista.

Importante referência para os estudos pradianos é o livro de Bernardo Ricupero⁶, é certamente o trabalho mais ambicioso já dedicado à obra e trajetória de Caio Prado Júnior, sua estrutura interna leva a cabo as sugestões que Fernando Novaes⁷ apontara num pequeno artigo já clássico, a originalidade da nacionalização do

marxismo pradiano e a remissão comparativa dessa originalidade com o marxismo latino-americano, especialmente com a obra de José Carlos Mariátegui. Mas se é o estudo mais ambicioso sobre a pradiana, é também uma grande mistificação sobre a pradiana. Ricupero e Novais são expressões uspianas ortodoxas dos ritos de celebração acrítica em torno da pradiana, a reiteração da grandeza e originalidade do marxismo “nacionalista” de Caio Prado Júnior é um notável mal-entendido sobre o que poderia significar uma “nacionalização” do marxismo, sendo que, curiosamente, a catilinária em torno dessa originalidade do marxismo pradiano esquivou-se por completo de uma análise das mais de mil páginas que Caio Prado Júnior publicou nas décadas de 1950 e 1960 em três livros dedicados justamente ao marxismo (*Dialética do conhecimento* [1952], *Notas introdutórias à lógica dialética* [1959] e *O mundo do socialismo* [1962]).

Discordando da tese da “originalidade da nacionalização do marxismo” pradiano defenderei neste artigo a tese que Caio Prado Júnior foi um leitor da literatura marxista (de Marx a Engels e a Stálin), que com criatividade e ecletismo teórico desenvolveu importantes trabalhos de historiografia, mas nenhuma teoria marxista que o pudesse associar aos grandes clássicos do marxismo no século XX, afinal o que poderia dizer Lukács se estivesse diante de uma formulação teórica como a que Caio Prado Júnior desenvolveu na década de 1950, se nela encontrasse a proposta “marxista” de uma Lógica Dialética Positiva sustentada em estudos da Fisiologia do cérebro? Na tese que aqui proponho, o conjunto da pradiana abre possibilidades contundentes para uma percepção historiográfica da trajetória ideológica e política de Caio Prado Júnior remetida aos quadros intelectuais do pensamento nacionalista corporativista brasileiro. É inquestionável que Caio Prado Júnior é um clássico do pensamento brasileiro, mas penso que é junto ao nacionalismo corporativista que o deveríamos encontrar.

1. Nacionalismo historiográfico.

Em 1933, Caio Prado Júnior marcou a sua estreia como escritor com a publicação de *Evolução Política do Brasil*, e definiu o livro como uma leitura sistemática da História do Brasil baseada no “método materialista”. Mais do que um “rompimento” historiográfico com

modelos explicativos positivistas como os de Rocha Pombo, esse livro já apresentava divergências com teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB), marcando publicamente o início das controvérsias do autor com o partido, controvérsias essas que se arrastariam até 1966. Este é um detalhe pouco percebido, mas de uma evidência contundente, já que o autor questionava um dos principais postulados da concepção programática pecebista, aquela que se relacionava diretamente à presença ou não de um feudalismo quando da ocupação colonial do Brasil. Sobre o feudalismo colonial contrastado com o feudalismo europeu o autor afirma que [...] encontraram os conquistadores descidos do Norte [da Europa] uma população relativamente densa e estável que já se dedicava à agricultura como único meio de subsistência. O predomínio econômico e político dos senhores feudais resultou assim direta e unicamente da apropriação do solo, que automaticamente gerava em relação a eles os laços de dependência dos primitivos ocupantes. Aqui não. A organização política – econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu⁸.

E numa nota de rodapé complementar acrescentou ainda que, esta observação destinava-se principalmente aos que fundados em certas analogias superficiais, se apressam em traçar paralelos que não têm assento algum na realidade. Podemos falar num feudalismo apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo que não existe, entre a nossa economia e a da Europa medieval⁹.

No seu livro de estreia, o autor afirma que a economia colonial desde os seus primórdios sustentou-se na grande propriedade rural em detrimento da pequena propriedade, afinal, porque só assim se poderia estabelecer a relação efetiva com o único mercado existente – o mercado metropolitano europeu. A colônia nasceu com base no latifúndio e isso, afirma o autor, trouxe como consequência social direta o prestígio e o domínio do senhor rural em todos os aspectos da vida social na colônia, já que essa seria um reflexo fiel de suas bases materiais¹⁰. Em rápida síntese, a estrutura social do Brasil colonial nos seus primeiros 150 anos era vista

pelo autor como “*extremamente simples*” porque reduzida a duas classes sociais:

[...] de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Da simplicidade da infraestrutura econômica – a terra, única força produtiva absorvida pela grande exploração agrícola – deriva a da estrutura social – a reduzida classe de proprietários e a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida¹¹.

Diante dessa situação de fácil constatação como se definiria o poder político na colônia, considerando-se esse período inicial em questão? Caio Prado Jr. apresenta uma dupla caracterização: primeiro, o poder político *formal* estava nas mãos da Coroa portuguesa, mas o poder “*de fato*” estava nas mãos dos grandes proprietários de terra, poder que se manifestava junto às câmaras municipais. Pela distância da colônia com a metrópole e pelo isolamento dos colonos, o governo metropolitano tem posição administrativa passiva, viu-se assim obrigado a aceitar os critérios estabelecidos pelos colonos, daí, raras vezes a autoridade metropolitana contrariar o poder “*de fato*” destes colonos, porque “sempre, na primeira linha, estão [estariam] os interesses dos grandes proprietários rurais. É destes, portanto, e só destes, o poder político da colônia”¹².

As câmaras municipais expressavam o poder dos interesses dos grandes proprietários rurais, o seu o seu campo de intervenção era grande, pois se viam as “câmaras fixarem salários e o preço das mercadorias”¹³. Com essa autonomização do poder local, o poder político na colônia acabou por ser “necessariamente disperso”¹⁴. O autor conclui que através dessas câmaras municipais de grande autonomia política já se apresentariam, pelo menos até meados do século XVII, as primeiras manifestações de interesses “nacionais”, principalmente porque Portugal deixara a colônia praticamente abandonada por causa das suas atividades comerciais nas Índias. Entretanto, com as desfavoráveis mudanças econômicas ocorridas no Oriente e o conseqüente interesse de Portugal pelo Brasil num momento em que esta colônia vivia seu apogeu açucareiro, manifestaram-se as primeiras reclamações feitas pela metrópole contra os interesses econômicos da colônia. Escreve o autor:

“[...] ao mesmo tempo em que o Brasil atinge um grau de evolução econômica que começava a fazer-lhe sentir a estreiteza do regime de colônia em que vivia, a metrópole torna tais condições ainda mais pesadas”¹⁵.

Pelo argumento, a partir da segunda metade do século XVII, a estrutura socioeconômica da colônia sofreria transformações significativas, tanto políticas como econômicas. Naquele momento, ao lado da atividade agrícola, desenvolvia-se nos centros urbanos uma considerável atividade mobiliária, associada ao comércio e ao crédito. Dessa atividade, surgiu na colônia “uma rica burguesia de negociantes” e que por seus haveres acumulados foi aos poucos pondo em xeque “os proprietários rurais, até então a única classe abastada e, portanto, de prestígio da colônia”¹⁶.

Esses negociantes eram em sua grande maioria portugueses recém-egressos da metrópole, e pela natureza de sua atividade econômica ameaçavam politicamente os “nacionais” já estabelecidos na atividade agrária, isso porque essa “classe comercial” por causa dos seus interesses estava “estritamente ligada ao regime de colônia do Brasil. As leis da metrópole excluía os concorrentes de outras nações que aqui não podiam se estabelecer”¹⁷.

Afirma o autor que com a crise da atividade agrícola e a ascensão da produção aurífera, os senhores de engenho foram gradativamente se endividando com os comerciantes, afirmando-se assim, os interesses opostos entre duas classes sociais: a “aristocracia fundiária nacional” e os “mercadores portugueses: a burguesia comercial”. Como corolário dessa situação, e com a crise do setor fundiário, as câmaras municipais assistiram ao seu declínio enquanto autoridade política, em detrimento do avanço do poder da metrópole. O processo de decadência das câmaras municipais consolidou-se no século XVIII, porque com a exploração do ouro, surgiram em paralelo, as instituições de representação direta do fiscalismo português, na conclusão do autor, a metrópole deixara “que o país (sic) evoluísse [...] para depois se atirar a ele num verdadeiro saque organizado”¹⁸.

Em suma, pelo que se pode depreender desta caracterização historiográfica, Caio Prado Jr. referenda a tese de que até o século XVII os grandes proprietários rurais, enquanto classe

detentora do poder, através das câmaras municipais, edificariam as bases da nacionalidade brasileira, essa seria a sua “evolução natural” não houvesse, entretanto, com a exploração do ouro e a monopolização do comércio por negociantes vinculados à Coroa portuguesa, um abalo na marcha dos acontecimentos, um abalo nessa evolução natural para se constituir como nação econômica autônoma e não mais como colônia. Entretanto, em 1808, por causa das guerras napoleônicas, e por o príncipe regente obrigar-se a deslocar o governo português para o Brasil, o Brasil novamente seria enquadrado naquela “evolução natural”, porque seria o príncipe regente quem acabaria por lançar “as bases da autonomia brasileira”¹⁹.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil foi termo fundamental para a definição da nacionalidade brasileira, afinal, por contingências de política internacional, D. João VI foi obrigado a dismantelar as estruturas coloniais e todas as medidas, como a abertura dos portos, já eram práticas institucionais que “mesmo um governo propriamente nacional não poderia ultrapassar”²⁰. Dessa maneira o autor percebia em 1808 a real independência do Brasil mesmo que essa só se consumasse em 1822 – “tivemos um período de transição em que, sem sermos ainda uma nação de todo autônoma, não éramos propriamente uma colônia”²¹.

A nacionalidade estava asseverada, nada poderia quebrar essa inexorabilidade, nem mesmo a reação colonizadora de 1820, na cidade do Porto, pois naquele momento histórico, a reação recolonizadora embora contando com o apoio da metrópole e das cortes portuguesas, será levada de vencida porque não era mais possível deter o curso dos acontecimentos e fazer retrogradar o Brasil na marcha da História²².

Afirmado o nascimento da Nação e do seu principal personagem, o Estado Nacional, o próximo passo analítico foi o de caracterizar a composição social das classes envolvidas na política da nova nação. Além das classes dominantes dirigentes, Caio Prado refere-se também às camadas populares, e nisso, sua análise era de fato pioneira, se comparada esta obra com outras aparecidas até então na cultura historiográfica brasileira. Entretanto, é necessário ressaltar, que tais camadas populares apareciam na análise do autor, como objeto coisificado, isto é, apareciam fixadas a um determinismo estrutural – o da derrota política

porque, conforme o autor, tais camadas, “não se encontravam politicamente maduras para fazerem prevalecer suas reivindicações”, o Brasil naquele momento, “não tinha ainda condições objetivas para a sua libertação econômica e social”, afinal, conclui o autor manifestando uma inflexão determinista ao seu argumento, as “reformas mais profundas teriam ainda que esperar outros tempos e outro momento mais favorável e avançado da evolução histórica do país”²³. Noutra passagem do livro, encontra-se de modo bastante evidenciado um raciocínio de fortes conotações positivistas – e ressalvo que esta é apenas uma afirmação de contraste com a própria descrição analítica que o autor apresenta na mesma obra – trata-se daquela referente às camadas populares quando do processo de consolidação da independência da nação no século XIX, que muitos analistas reputam como sendo a grande originalidade da análise pradiana, a marca da ruptura historiográfica que o autor realizava diante da tradição conservadora na historiografia de então:

“A posição das classes pobres [sic] na revolução da Independência é radical ao extremo. Planejavam-se completas transformações sociais, e não faltaram mesmo, projetos de divisão igualitária de toda a riqueza social. Mas faltavam as condições objetivas necessárias para a realização destas reformas, e elas por isso andam mais no ar que caracterizadas em programas definidos. Vemo-las assumirem um caráter político, vago e abstrato, sem se apoiarem numa sólida base econômica e social, Eram em suma aspirações confusas, muito mais destruidoras que construtivas”²⁴.

Por que na análise do autor, as ideias das “classes pobres” eram “destruidoras”, naquela conjuntura? Simplesmente porque na inexorabilidade evolucionista dos fatos históricos dispostos pelo autor, naquele momento, “só os grandes proprietários” é que poderiam ser donos da “marcha dos acontecimentos”, nessa concepção de “história materialista” não há uma ideia de ruptura, de contradição permanente na processualidade histórica, o que se evidencia, quer me parecer, é uma lógica explicativa teleológica. Uma lógica explicitamente evolucionista e determinista, porque o historiador ao conhecer o desdobramento posterior daqueles fatos do passado impunha aos mesmos um juízo de valor

do que propriamente a compreensão das possibilidades derrotadas. O autor fez com essas observações uma depreciação preconceituosa dos erros e dos acertos dos personagens em luta, e isso em nome das “condições objetivas” do processo histórico. E a este exemplo, acrescento outro: o de que as “classes pobres” estavam mais erradas e confusas ainda, porque desejavam a consumação de “projetos de divisão igualitária” – ora, pelo que posso concluir dessa análise e raciocínio, essas classes só poderiam evidenciar tal projeto, só poderiam tornar essa assertiva como fato legítimo, quando se manifestasse no horizonte histórico, a existência da revolução socialista como fato. Daí, talvez, explicar-se a afirmação do autor desses projetos políticos que “andavam no ar” serem mais destrutivos do que construtivos.

Dom Pedro I teve papel meramente ocasional no processo político da independência, era um “mero instrumento das reivindicações nacionalistas” dos setores rurais, mas que após a consolidação do poder, voltou-se aos interesses do “partido português”, para assim tornar-se monarca do Brasil com total autonomia sobre aqueles que se reuniam em torno de si. Essa situação é demonstrada quando da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, passo extremo na tentativa de recolonização do Brasil, tal era o objetivo último da facção política denominada pelo autor de “absolutistas”. Na análise do autor temos a luta pela independência entre os “absolutistas” e os “brasileiros nativistas”, os nacionais e os antinacionais. Após descrever a vitória dos nacionais sobre os restauracionistas, sendo, portanto os “nacionais” a expressão progressista da sociedade, porque quando da sua luta pela autonomia, traziam a “seu reboque” as classes populares, contudo, quando esses “nacionais” chegam ao poder, constatava-se o axioma de que “a classe que alcança seus objetivos com a tomada do poder torna-se nele reacionário”²⁵. Este é verdadeiramente um axioma que não demarca apenas uma frase, mas um raciocínio igualmente axiomático. Veja-se a seguir outro exemplo do que seria um raciocínio causalista-axiomático quando da explicação do processo político imediatamente posterior à independência:

“A pressão revolucionária começa nas camadas logo abaixo da classe dominante. Daí se generaliza por toda a massa, descendo sucessivamente de uma para outra camada inferior. Isto provoca uma contramarcha das próprias classes

iniciadoras do movimento, e que de revolucionários, sob a pressão que as arrasta para onde não querem ir, passam a reacionárias [...]. Deixam assim à sua sorte os últimos a entrarem na luta, que por esta forma enfraquecidos, são esmagados pela reação do poder central”²⁶.

Neste exemplo é possível a conclusão de que todo o processo de independência nada mais fora do que a confirmação da evolução nacional já existente como processo desde o século XVII, isto é, a confirmação dos senhores de terras como classe nacional por excelência. A reação desta classe no processo político de independência deu-lhes a “consciência de seu papel” entrando assim “definitivamente no rumo de sua evolução”²⁷.

Este livro foi publicado em 1933 à véspera da organização da Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento político nacionalista a que esteve intensamente envolvido Caio Prado Júnior.. A composição social e política da ANL agregava desde militares remanescentes do tenentismo, operários e funcionários assalariados, pequena burguesia, até frações da burguesia industrial. Penso que remeter o nacionalismo historiográfico que o autor apresenta no livro aos significados políticos do nacionalismo da ANL seria uma hipótese que, diante do que já apresentei, me parece óbvia, mesmo ressaltando o risco do automatismo de uma homologia na relação autor-obra / visão de mundo-classe social.

Para dar continuidade à apresentação do nacionalismo historiográfico de Caio Prado Júnior, considero agora o seu mais famoso livro: *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*, de 1942. Este livro é considerado por muito analistas, como o clássico do “marxismo pradiano”.

O livro está dividido em quatro partes: a primeira compõe-se pela *Introdução* e pelo breve capítulo *Sentido da Colonização*, onde apresenta o método que definirá a estrutura básica da obra; a segunda parte, *Povoamento*, envolve quatro capítulos onde o autor trata especificamente da geografia da colônia, nas suas características regionais, o palco da ação de ocupação determinada pelas influências de meio e das raças presentes ao processo histórico da colônia; na terceira parte, *Vida Material*, a parte mais longa da obra (nove capítulos)

desenvolvem-se questões pertinentes à economia colonial dentro de todas as suas fases produtivas e características geográfico – regionais; por fim, a quarta parte, *Vida Social*, de quatro capítulos, onde o autor apresenta análise sobre as instituições político – administrativas da colônia e a relação destas com a sociedade.

Os motivos do livro são logo apresentados, queria o autor com aquele trabalho explicar o Brasil e por um motivo: “observando-se o Brasil de hoje (1942), o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação, e que não se sedimentou ainda em linhas definitivas; que ainda não tomou forma”²⁸. Para buscar os componentes históricos desse “organismo em franca e ativa transformação”, o autor definiu a estrutura lógica de sua análise, naquilo que conceituou como o “sentido da colonização”, o significado que dava à sua concepção de História:

“Todo povo tem na sua evolução vista à distância, um certo sentido. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação”²⁹.

Pelas observações metodológicas descritas acima, é de se notar o óbvio tom teleológico com que definia o processo histórico, afinal, se sua ideia de História era a de uma evolução em “linha reta e ininterrupta de acontecimentos” e se o Brasil que lhe era contemporâneo era ainda um “organismo” sem forma, pelo que descreve o autor e como verbaliza o processo histórico, a minha conclusão é a de que tal assertiva define uma concepção de História inequivocamente positivista.

Qual foi o sentido da colonização? “[...] nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto”³⁰.

Após descrever o sentido histórico da colônia – a de fornecer produtos tropicais para os mercados externos, o autor, quando de sua análise do povoamento na colônia constatou que havia “uma flagrante semelhança entre a distribuição do povoamento naquele princípio do século 19 e os nossos dias”³¹. A persistência estrutural dos mesmos problemas de distribuição populacional implicava um pesado ônus para o país. Mesmo que estivesse delimitado geograficamente não conseguira efetivar a sua integração interna em função das suas peculiaridades econômicas regionais e isso também caracterizava a ausência de um Estado Nacional efetivamente orgânico.

Fazendo referência a São Paulo como “centro natural de vasta área, ponto de comando e articulação de regiões várias”³², o autor acabaria por apresentar em seu texto uma lógica explicativa centrada no discurso geopolítico, quando define São Paulo como uma espécie de *Hinterlândia* – que na geopolítica de Friedrich Ratzel ou na de Mackinder, chamava-se de “*espaço vital*”. No Brasil, o ideário geopolítico do “*espaço vital*” foi desenvolvido por intelectuais ligados ao Exército, casos de Everardo Beckhauser, Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva. A diferença é que a análise de Caio Prado Júnior centrava-se na questão econômica, já no pensamento geopolítico, a análise era centrada nas funções do Estado, mas, o que importa frisar é certa afinidade de preocupações que em temas como esse aproximavam campos políticos opostos e, além disso, convém ressaltar, que no corolário analítico e político de Caio Prado Júnior também se encontrava o Estado Nacional como figura central.

Aspecto importante do livro é questão racial na formação da colônia que ao contrário de *Evolução Política do Brasil*, é nesta obra abordada com destaque. Destaque principalmente pelo aspecto pejorativo com que o autor desenvolve seus argumentos. E o dado mais interessante aqui a ressaltar é o uso que faz das reflexões e das conclusões de Gilberto Freyre apresentadas em *Casa Grande & Senzala* (1933). Mas, ao contrário do pensador pernambucano que via como positiva a mistura interracial, Caio Prado Júnior transformará o argumento freyriano em pejorativo. Um exemplo de expressão pejorativa: no Brasil colônia, as raças “juntas e mesclando-se sem limite, numa orgia de sexualismo desenfreado que faria [m] da população brasileira um dos

mais variegados conjuntos étnicos que a humanidade conheceu”³³.

Ao enfatizar a questão sexual no contato entre as raças, o autor incorpora elementos da análise de Freyre, mas ao contrário das conclusões deste, as suas não imantavam a mesma positividade societária, tal como sugere a perspectiva do historiador pernambucano. Note-se o tom, como exemplo dessa perspectiva, quando se refere ao papel da mulher indígena na colonização onde com essa era “notória a facilidade com que se entregava, e a indiferença e passividade com que se submetia ao ato sexual”, e junto a essa “característica”, outra, a da “impetuosidade característica do português e a ausência total de freios morais”, elementos de sociabilidade, nos termos do autor, que acabaram por se constituir em regra geral na colônia³⁴.

E para explicitar o diálogo com Freyre, o autor corrobora de modo positivo e sem juízo depreciativo, uma das teses centrais do culturalismo freyriano: “É pela aptidão do português em se mestiçar com outras raças que se deve a unidade do Brasil”³⁵. Apesar de concluir nesses termos, no seu sentido geral, a questão racial abordada por Caio Prado é explicitamente um retrocesso teórico e político se comparada àquela desenvolvida por Gilberto Freyre, e mais problemática ainda pelo fato de o argumento pradiano aparecer num contexto histórico explicitamente marcado pelo racismo antissemita que o nazismo impunha ao mundo. A economia colonial voltada integralmente ao mercado externo; a natureza, o lugar-região impondo o isolamento populacional; a mistura racial depreciada que é “salva” pela aptidão do português; ou seja, um conjunto de atavismos que determinam a tipicidade da evolução nacional. Evolução essa que só tomaria seu rumo “correto” quando da intervenção saneadora do Estado “científico” (veja-se este exemplo: a certa altura do texto, o autor referindo-se aos índios que viviam em aldeias jesuíticas no Pará - Maranhão, diz que estes falavam o tupi, e não o português, e constatando o fato, interroga-se: “Era de se esperar que sem a providência das leis pombalinas, aquele setor do Brasil se integrasse no corpo da colônia?” Responde a sua indagação desta maneira: “Parece mais provável que evoluiria numa direção inteiramente diversa, e não chegaria nunca a fazer parte do país”³⁶. Ora, o que poderia significar isto se não uma visão de História tipicamente evolucionista? E como a linguagem por si determinaria uma “evolução”

diferenciada àquela parte do “país”? Vários outros exemplos poderiam aqui ser listados para justificar o fato de que em grande parte, os argumentos do autor apresentavam-se em visivelmente distanciados de uma perspectiva marxista).

Na terceira parte do livro de 1942 (aspecto fundamental para os propósitos da argumentação que aqui apresento sobre a visão de mundo do autor) aquela referente à *vida material*, Caio Prado Júnior afirma que a economia colonial estava caracterizada,

“(…) de um lado, na sua estrutura [como] um organismo meramente produtor, e constituindo só para isto um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão - de - obra. Doutro lado, no funcionamento, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua evolução, e como consequência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país”³⁷.

As características acima, “independente do estatuto de colônia ou depois de Nação”³⁸ resultam-se permanentes e geradoras para o país de uma “consequência final” gravíssima, qual seja: os ciclos de prosperidade e decadência econômica.

Uma evolução cíclica, tanto no tempo como no espaço, em que se assiste sucessivamente a fases de prosperidade estritamente localizadas, seguidas, depois de maior ou menor lapso de tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total. Processo este ainda em pleno desenvolvimento no momento que nos ocupa e que continuará assim no futuro³⁹.

Para melhor vislumbrar a estrutura dessa permanente crise é preciso acompanhar o autor em algumas questões específicas, como a questão agrária, por exemplo. A estrutura agrária colonial, o centro econômico do Brasil, assim se caracterizou:

De um lado a grande lavoura, seja ela do açúcar, do algodão ou de alguns outros gêneros de menor importância, que se destinam todos ao comércio exterior. Doutro a agricultura de subsistência, isto é, produtora de gêneros

destinados à manutenção da população do país, ao consumo interno⁴⁰.

O aspecto essencial das grandes lavouras seria o da “exploração em larga escala”, onde áreas extensas e “numerosos trabalhadores” constituíam-se como uma empresa, “com organização coletiva do trabalho e mesmo especializações”⁴¹. Já a agricultura de subsistência, envolvida, entre algumas outras atividades, na produção de aguardente, algodão e arroz, se caracterizava por sua “mediocridade”, e onde só se encontrava um “elemento humano residual”, constituído, sobretudo, de “mestiços do índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas” se comparada a uma vida de teor “moral mais elevado” e, se não eram esses personagens, nessas atividades encontravam-se também “brancos degenerados e decadentes”⁴².

A característica da economia de subsistência era resultado de uma determinação estrutural imposta pelas funções da economia organizada de atividade produtiva voltada à metrópole, mas, não se pode deixar de observar os termos desqualificadores com que o autor caracteriza a vida social que era determinada por aquelas condições. É possível até concordar que a sua intenção não fosse a de um racista ideológico, entretanto, os termos usados são claros: são expressões racistas. E como sempre deixa sugerido como ideal de padrão societário, p. ex., a “*moral mais elevada*”, o autor explicita uma visão de mundo fortemente conservadora, apresenta-nos a palavra do reformador autoritário. Insisto em ressaltar estes aspectos da textualidade do autor porque creio serem eles estruturais, e não mero acidente retórico. Apresento um exemplo claro dessa visão de mundo reformadora e autoritária, um exemplo retirado do livro em questão quando o autor referindo-se ao fracasso do trabalho do geólogo alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege durante o governo do regente D. João, em 1811.

Em 1811, o Regente, mais próximo do mal [o autor referia-se ao Brasil e ao fracasso da mineração – João Alberto] e enxergando-o por isso melhor, [...] deu um primeiro passo acertado ao contratar os serviços de um homem como Eschwege, que além de técnico notório na matéria, tinha todas as qualidades de dedicação e energia para tentar a reabilitação (sic) da massa falida que lhe confiavam. Mas como sempre, a administração esqueceu o principal, não deu a este homem [...] nenhuma autoridade,

nenhuma voz ativa; nem ao menos depositou nele a confiança que não só merecia pelo seu passado, [...] mas que lhe era absolutamente indispensável⁴³.

Somente um homem de elevada moralidade, um homem de ciência, poderia levar a cabo o saneamento da crise, mas mesmo esse, precisaria também do parceiro-chave: o Estado; e se este faltasse àquele, pela cadeia dos determinismos atávicos, mesmo esse homem de ciência, mais preparado, falharia. Pressuponho diante da argumentação do autor, uma questão óbvia: somente um Estado científico reformador é que poderia modificar as estruturas da crise cíclica permanente.

Enfim, o processo histórico de formação da sociedade colonial enquanto totalidade centrou-se sob dois aspectos gerais: primeiro, a grande propriedade agrícola, de monocultura e trabalho escravo – o emblema do sistema colonial, a estrutura condicionante e condicionada do sistema colonial metropolitano; e, segundo, a atividade de subsistência nas suas várias formas – a esfera societária dos baixos valores morais, “da relaxação geral dos costumes”, dos “pretos boçais e índios apáticos”⁴⁴. É de se notar, que para o autor não havia dualidade nessa caracterização, porque ambas as situações eram partes constitutivas de um todo.

No quadro de impossibilidades societárias livres da escravidão (mesmo o pouco trabalho livre, executado por brancos, é conforme, o autor, o trabalho “dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados, indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias”⁴⁵, Caio Prado descreverá o clã patriarcal como a “unidade em que se agrupa a população de boa parte do país, e que na base do grande domínio rural, reúne o conjunto de indivíduos que participam das atividades dele ou se lhe agregam”⁴⁶. Essa descrição é uma clara influência historiográfica de Oliveira Viana, pois tal como o pensador fluminense, Caio Prado Jr. também definirá o clã patriarcal como a única instituição efetivamente organizada da colônia, já que nas vilas ou em qualquer outro espaço público onde pudesse existir administração metropolitana, só preponderava a indisciplina, a dispersão da população, a “falta de sedimentação social, de educação e preparo para um regime policiado”⁴⁷.

Ao constatar a inexistência, até o início do século XIX de “relações sociais de nível superior”⁴⁸. Caio Prado Júnior diagnosticava a

barbárie imposta estruturalmente pelo sistema colonial, termo que seria óbvio, porque coerente com a análise precedida, se não estivesse comprometido, logo a seguir, com um inflexível juízo de valor, qual seja, o de que as tais relações sociais de nível superior só poderiam existir se houvesse no tecido social, aquilo, que o autor, como bom leitor de Durkheim que era, definirá como “*nexos morais*”. Para tanto define “nexo moral”, no “seu sentido amplo de conjunto de forças de aglutinação, complexo de relações humanas que mantêm ligados e unidos os indivíduos de uma sociedade e os fundem num todo coeso e compacto”⁴⁹. Ora, com estes termos Caio Prado Jr. torna frágil o sentido historiográfico de sua análise revestindo-a retoricamente com elementos opinativos fortemente vinculados à tradição do pensamento autoritário que lhe era contemporânea. O autor nesse procedimento indica um julgamento dos erros históricos do passado colonial e quando afirma que as possibilidades das transformações revolucionárias futuras estavam mais próximas das forças sociais desorganizadas remanescentes do mundo colonial – os marginais, o mundo social residual dos clãs patriarcais – acaba por sugerir a inflexão de que estes marginais jamais poderiam expressar por si uma vontade transformadora para a edificação da verdadeira nacionalidade, ou seja, jamais poderiam por si mesmos deixar de ser o residual para se transformar em povo brasileiro. O elemento chave de articulação da massa inorgânica em povo nacional seria o Estado Nacional. Só o Estado Nacional poderia impor os verdadeiros “*nexos morais*” à nação brasileira.

Dessa maneira, o que sugiro da leitura deste grande clássico da historiografia brasileira, é certa ambiguidade na análise das vicissitudes do sistema colonial e as suas imposições subordinantes – e isso me parece ser a sua estrutura significativa fundamental. O autor também irá sugerir outra cadeia de significados estruturantes, sintetizada no *inorgânico* da colônia, o mundo das forças societárias residuais diante do predomínio do latifúndio. E, conforme propõe, as alternativas futuras do Brasil Nação haveriam de residir nos laços solidaristas, nos nexos morais de relações sociais de nível superior, mesmo que oriundos do mundo social desorganizado da colônia.

Evidente que por causa das forças telúricas, pela cadeia de determinismos não só do sistema colonial, mas da própria natureza, do espaço fragmentado, somente um personagem acima

desses vetores é que poderia realizar a orgânico verdadeiramente nacional, efetivado pelos laços da solidariedade (não seria o caso de associar essa tese ao “solidarismo” de Oliveira Viana?), a consumação do povo brasileiro e seu destino nacional; esse personagem só poderia ser o Estado Nacional. E pelo que pude indicar e deduzir, as forças de composição desse Estado, só poderiam ser aquelas oriundas do mundo do conhecimento científico, assim é possível concluir que o Estado Nacional pradiano, enquanto vetor abstrato assemelhar-se-ia ao modelo do Estado Científico de cariz autoritário. Comparando os argumentos do livro de 1942 com o livro de 1933 (*Evolução Política do Brasil*) percebo um desvio na proposição analítica do autor (o desvio estaria caracterizado justamente pelas inflexões positivistas e culturalistas acima descritas). Mas, em 1945 retomaria o mesmo espírito analítico sugerido em 1933, onde voltaria a bater-se frontalmente com a questão do imperialismo.

Em 1970, o autor ainda asseverava o caráter inconcluso da autonomização econômica nacional:

“Desencadeiam-se forças renovadoras latentes que daí por diante se afirmarão cada vez mais no sentido de transformarem a antiga colônia numa comunidade nacional e autônoma. Será um processo demorado - em nossos dias ainda não se completou-, evoluindo com intermitências e através de uma sucessão de arrancos bruscos, paradas e mesmo recuos”⁵⁰.

Nessa explicação de 1970, o algoz da efetiva independência da nacionalidade brasileira ainda era o imperialismo, que por seu envolvimento com o grande latifúndio nacional obstaculizava o desenvolvimento autônomo do país, mas, como já vinha sugerindo em outros trabalhos, esse imperialismo representaria também, “um grande estímulo para a vida econômica do país”, porque a entrosara “num sistema internacional altamente desenvolvido como é o do capitalismo contemporâneo”⁵¹. Ora, o que concluir com estas afirmações? O autor ao qualificar como positiva a ação imperialista no seio da economia brasileira afirmava que essas práticas do imperialismo acabariam por conscientizar a nação para a luta anti-imperialista, daí a conclusão: “o imperialismo é um suicida que marcha seguramente para a sua consumação”⁵².

Na lógica explicativa sugerida, o Brasil ao se modernizar com os instrumentos do imperialismo acabaria por desenvolver práticas de sociabilidade política diferenciadas daquelas práticas originadas nos países imperialistas. Isto porque, como já indicado, os termos autóctones do povo brasileiro em formação seriam mediados por relações sociais estruturalmente solidárias. Quer me parecer, portanto, que o autor acreditava numa espécie de altruísmo inato do povo brasileiro (e por essa característica é que as reflexões culturalistas de 1942 não podem ser dissociadas dos demais textos “economicistas”, melhor, são partes complementares, de fundamentação). O “homem brasileiro” na sua generalidade construía com suas práticas societárias um capitalismo nacional diferenciado do credo liberal imanente do capitalismo dos países imperialistas, e pelo que indica a sua argumentação, o agente fundamental dessas mediações societárias transformadoras só poderia ser o Estado Nacional.

Caio Prado Júnior tem no conjunto de sua obra dois livros que são praticamente ignorados em quase todos os estudos sobre a sua obra, deles destaque *O mundo do socialismo* (1962). Interessa destacar, principalmente, a definição comparativa que o autor desenvolve sobre o que entendia por Capitalismo e Socialismo. Essa dupla definição é importante porque fundamenta alguns dos aspectos centrais da interpretação que aqui elaboro do conjunto da obra do autor. Numa passagem do livro de 1962, Caio Prado Júnior caracterizará da seguinte maneira alguns dos reflexos da lógica capitalista sobre a “vida” dos indivíduos:

“[...] miragem de um lucro monetário que não tem essencialmente outro objetivo que abrir perspectivas para um lucro ainda maior num processo infundável que gira em círculo fechado em que o homem como homem se anula. Esse aspecto do capitalismo não cabe, nas suas implicações mais profundas, dentro da Economia, e pertence antes ao domínio da neurologia se não da psiquiatria. Se o estímulo do lucro não abafasse nos homens de negócio todo e qualquer outro impulso humano, eles seriam os primeiros a se rebelarem contra um sistema que faz deles um dos mais tristes e pobres tipos humanos que a história da humanidade jamais reconheceu”⁵³.

O capitalismo centrado na concorrência particular dos indivíduos criou uma cultura específica que dentro de um círculo vicioso acirrava ainda mais a situação de concorrência. No entanto, afirma Caio Prado Jr., que esta cultura do individualismo não seria uma característica estrutural da “natureza humana”, mas sim um “condicionamento psicológico” do imperativo mercantil capitalista. Apesar do autor não dizer isso, na passagem acima, descreve uma situação clássica que a tradição marxista reputará como intrínseca à lógica histórica do capitalismo: a alienação. No entanto, há um aspecto a considerar. Aquela situação psíquica descrita seria intrínseca aos países com largo desenvolvimento de práticas capitalistas, simplificando, posso afirmar – seguindo a lógica do autor – que o individualismo liberal (a cultura burguesa) é que impulsionaria esse sistema, “mas onde a cultura burguesa, por força das circunstâncias históricas não logrou atingir plena maturidade, o capitalismo não conseguiu o mesmo sucesso”⁵⁴.

Caio Prado Jr. afirma que os países em que essa cultura burguesa se cristalizou nas suas estruturas societárias básicas eram, na ocasião da publicação, os países da Europa Ocidental, principalmente Inglaterra e França e os Estados Unidos da América. Estes seriam a exponencialidade do sistema capitalista. Os demais países, também capitalistas, mas que ainda não “se ajustaram adequadamente ao estilo de vida e tipo de comportamento burguês, ficaram para trás”, e na concorrência do mercado capitalista internacional, tais países seriam

“[...] os chamados subdesenvolvidos do mundo de hoje. É que lhes faltou, como ainda lhes falta em grau suficiente, a mola mestra do capitalismo, isto é, o exclusivismo individualista centrado em interesses materiais e permanentemente estimulado para a luta”⁵⁵.

O Brasil, na ocasião, demarcava-se também por essa situação em que a “cultura burguesa” não deitara ainda raízes efetivas, isto é, o Brasil não tinha entranhado nas suas sociabilidades, como caráter intrínseco, um tipo de capitalismo mediado pela expressão egoística do liberalismo; sendo assim, a inexistência de uma concreta “cultura burguesa” dava ao capitalismo brasileiro um caráter específico. Ora, com estas afirmações, algumas conclusões vão se tornando óbvias. Se o paradigma societário que Caio

Prado Jr. procurava como modelo era o socialismo soviético, porque na URSS,

“[...] o Socialismo propõe e está procurando realizar um mundo fundado em princípio diametralmente oposto (àquele do Capitalismo), a saber, o da cooperação entre os homens, o do esforço comum e conjugado para os mesmos fins que são de todos⁵⁶”.

[...] e por o Brasil manifestar historicamente práticas de um capitalismo que não se definia nas estruturas básicas do paradigma liberal, a “evolução” política do país e por aquilo que já manifestara nos momentos de crise e de luta anti-imperialista, essa evolução estaria mais próxima do Socialismo do que propriamente do Capitalismo liberal – marca internacional eufemística das práticas imperialistas, práticas essas que impunham em plena segunda metade do século XX, a manutenção da lógica exploratória do antigo sistema colonial. E, além disso, as lutas anti-imperialistas por significarem um estímulo e fortalecimento dos laços sociais de coesão nacional, por possibilitarem relações sociais reativas de “nível superior”, por construírem os “nexos morais” da solidariedade, fundavam um tipo de práticas de sociabilidade que colocariam a evolução política e social do capitalismo especificamente brasileiro na rota da evolução socialista. Daí, na obra do autor, não estar presente um conceito de revolução no sentido clássico que o marxismo poderia dar ao termo, isto é, a revolução como expressão de lutas de classe.

Na História do Brasil de Caio Prado Jr. não existiam lutas de classe, apenas as lutas dos “nacionais” contra os “imperialistas”. Dessa maneira, o conceito de Revolução Brasileira de Caio Prado Júnior seria a expressão evolucionária de um processo histórico que pela sua particularidade e características altruísticas em formação poderia dar ao povo brasileiro a possibilidade de estar em “marcha” ao lado do socialismo soviético, a Revolução Brasileira de Caio Prado Jr. apontava as possibilidades de um socialismo evolucionário com evidentes conotações positivistas. O agente primordial de organização dessa marcha evolutiva do Brasil no mundo, só poderia ser o Estado nacional composto por uma tecnocracia de “homens mais capazes”, um Estado notadamente integracionista sob uma contundente marca corporativista.

Para terminar este artigo, apresento rapidamente como o autor definia as práticas societárias no Socialismo, considerando-se este como uma etapa de transição para o comunismo. Caio Prado Jr. afirma que “não é pelo caminho do igualitarismo, isto é, forçando indiscriminadamente para níveis idênticos os padrões de todos os indivíduos, que se marcha para a verdadeira igualdade, isto é, para o comunismo⁵⁷”. Se o caminho “igualitarista” era um caminho equivocado para o comunismo, o que haveria de sugerir então o autor? Sugere que o mundo do comunismo em substituição ao mundo socialista se vislumbrava pelo “aumento e extensão dos bens e serviços postos gratuitamente e indiscriminadamente à disposição de um número sempre crescente de cidadãos⁵⁸”. Ora, o que há nesta assertiva? A organização estatal da economia, ou melhor, o poder público dirigindo os impulsos do mercado, um tipo de prática estatal.

É possível concluir que para o caso do capitalismo brasileiro, a presença de práticas similares àquelas, isto é, práticas de regramento estatal indicativas de um tipo de capitalismo organizado pelas demandas do consumo. O modelo de socialismo de Caio Prado Jr. poderia então ser entendido como um desdobramento evolucionário desse capitalismo corporativista de mercado organizado. O autor em momento algum de sua obra indica práticas socialistas de gestão produtiva transformada, isto é, a produção controlada pela classe operária. Em 1962, mesmo após o relatório de Nikita Krushev, Caio Prado via positivamente na parceria Estado-Partido Comunista a expressão máxima de organização política na URSS. Uma espécie de neocorporativismo que haveria de garantir o controle sobre as demandas trabalhistas e os abusos do capital. Para os trabalhadores sobriariam as medalhas stakhanovistas do “herói do trabalho” – “título conferido àqueles que mais se destacam em suas atividades profissionais, constitui a mais honrosa qualificação a que pode aspirar um cidadão soviético⁵⁹”. Em plena década de 1960, após o descortinamento dos crimes do Estado stalinista, o autor sem qualquer reflexão crítica sobre os fatos apontados pelo relatório Krushev (em momento algum dos escritos de Caio Prado Jr. há uma observação que considere criticamente os acontecimentos que abalaram no mundo inteiro as opiniões dos socialistas e dos comunistas) sugere como ideal societário aquilo que as práticas *stakhanovistas* já impunham desde o começo da década de 1930 aos

trabalhadores soviéticos: a disciplina e o controle da organização produtiva. No momento em que a cultura marxista brasileira revisava alguns dos seus principais paradigmas, Caio Prado Júnior contra a corrente, defendia uma expressão stalinista ortodoxa, aquela do socialismo stakhanovista, a variável corporativista do *capitalismo de Estado* soviético.

Notas:

¹ Iumatti, Paulo Teixeira. *Caio Prado Júnior: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

² Secco, Lincoln. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

³ Iumatti, Paulo Teixeira. *Diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

⁴ Santos, Raimundo. *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

⁵ Martinez, Paulo. A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935). *Tese de Doutorado em História*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

⁶ Ricupero, Bernardo. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.

⁷ Novaes, Fernando. “Caio Prado Jr. – Historiador”. In *Revista Novos Estudos CEBRAP*, Vol. 02, n° 02, São Paulo, julho de 1983, pp. 66-70.

⁸ Prado Júnior, Caio. *Evolução política do Brasil* (15ª. Edição). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 18.

⁹ *Ibid.* p. 19 (nota 08)

¹⁰ *Ibid.*, p. 23

¹¹ *Ibid.*, p. 28

¹² *Ibid.*, p. 30

¹³ *Ibid.*, p. 29

¹⁴ *Ibid.*, p. 30

¹⁵ *Ibid.*, p. 33

¹⁶ *Ibid.*, p. 36

¹⁷ *Ibid.*, p. 38.

¹⁸ *Ibid.*, p. 36

¹⁹ *Ibid.*, p. 42.

²⁰ *Ibid.*, p. 43.

²¹ *Ibid.*, p. 48.

²² *Ibid.*, p. 46.

²³ *Ibid.*, p. 54.

²⁴ *Ibid.*, p. 60.

²⁵ *Ibid.*, p. 61.

²⁶ *Ibid.*, p. 77.

²⁷ *Ibid.*, p. 77.

²⁸ Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo* (1ª. Edição). São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942, p. 13.

²⁹ *Ibid.*, p. 26.

³⁰ *Ibid.*, p. 30

³¹ *Ibid.*, p. 60.

³² *Ibid.*, p. 103.

³³ *Ibid.*, p. 104.

³⁴ *Ibid.*, p. 104.

³⁵ *Ibid.*, p. 102.

³⁶ *Ibid.*, p. 92.

³⁷ *Ibid.*, p. 123.

³⁸ *Ibid.*, p. 121.

³⁹ *Ibid.*, p. 121, grifos meus.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 137, grifos do autor.

⁴¹ *Ibid.*, p. 137.

⁴² *Ibid.*, p. 155, grifos meus.

⁴³ *Ibid.*, pp. 172-173.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 275.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 280.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 284.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 307.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 343.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 344.

⁵⁰ Prado Júnior, Caio. *História econômica do Brasil* (12ª. Edição). São Paulo: Editora Brasiliense, 1970, p. 126.

⁵¹ *Ibid.*, p. 282.

⁵² *Ibid.*, p. 283.

⁵³ Prado Júnior, Caio. *O Mundo do socialismo* (3ª. Edição). São Paulo: Brasiliense, 1967, p. 19 (grifos meus).

⁵⁴ *Ibid.*, p. 22.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 23.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 25.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 145.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 146.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 148.